

# Termo de Referência 44/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2024	130102-LABORATÓRIO FED. DE DEFESA AGROPECUÁRIA/SP	FERNANDA NOGUEIRA LEITE	14/08/2024 13:42 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90005/2023	21043.000317/2024-03

## 1. Definição do objeto



MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA  
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUARIA  
DEPARTAMENTO DE SERVICOS TECNICOS  
COORDENACAO-GERAL DE LABORATORIOS AGROPECUARIOS  
LABORATORIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUARIA EM SAO PAULO  
SERVIÇO ADMINISTRATIVO-SAD-LFDA/SP  
SETOR DE COMPRAS-SEC-LFDA/SP  
NÚCLEO DE LICITACOES-NLI-LFDA/SP

### TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21043.000317/2024-03

- 1.1. Aquisição de pilhas e baterias nos termos do Anexo I-A Listagem de Itens, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.1. Os itens a serem adquiridos são os constantes do Anexo I-A Listagem de Itens parte integrante deste Termo de Referência, sendo as colunas “QUANTIDADE TOTAL MÁXIMA” e “VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)” a serem considerados na respectiva Ata de Registro de Preço, englobando os quantitativos e valores máximos somados do Órgão Gerenciador e dos Órgãos Participantes (quando houver).

1.1.2. O pedido mínimo será o constante da coluna “REQUISIÇÃO MÍNIMA” na Demanda Total consolidada.

1.1.3. Havendo divergência entre a descrição do CATMAT e o descritivo constante do Anexo I-A – Listagem de Itens, prevalecerá a “DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO” deste Anexo do Termo de Referência. A avaliação e aceitação dos produtos ofertados no certame terão como requisito mínimo os estabelecidos neste Termo de Referência e no seu Anexo, sob pena de desclassificação.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da emissão da nota de empenho na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. Requisitos da contratação**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.2. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.3. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e os artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, além da legislação correlata.

4.1.4. Para os itens 11 e 12 (baterias automotivas chumbo-ácido), constantes do Anexo I-A Listagem:

- a) Só será admitida a oferta de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto.

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Trata-se da aquisição de objeto com baixo risco e complexidade não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.3.2. A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5.1. Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias contados da emissão da nota de empenho em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.3.1. Base física de Campinas: Rua Raul Ferrari s/n. Bairro Jardim Santa Marcelina, Campinas - SP, CEP 13100-105. O horário de entrega deverá ser das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00, de 2 (s) às 6 (s) feiras.

5.3.2. Base física de Jundiaí: Av. Jundiaí, nº 773 - Bairro Anhangabaú - CEP: 13208-051 - Jundiaí /SP. O horário de entrega deverá ser das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00, de 2 (s) às 6 (s) feiras.

5.4. Os bens fornecidos devem apresentar como validade mínima, o prazo estabelecido no respectivo descritivo do item. Caso não conste a informação, a validade mínima será de 12 meses a contar da data da entrega.

5.5. O prazo de garantia dos itens 11 e 12 (elencados no Anexo I-A Listagem de Itens) será de, no mínimo, 24 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

5.5.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.5.3. Para os demais itens elencados no Anexo I-A Listagem de Itens o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

N.A

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será único, observada a quantidade solicitada pelo requisitante, considerando os quantitativos do Anexo I-A Listagem de Itens e mediante a formalização através da Nota de Empenho.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 103.999,23

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$103.999,23 (cento e três mil e novecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

..... de ..... de 2024.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**YURI FERNANDES FELTRIN**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/08/2024 às 11:22:21.

**FERNANDA NOGUEIRA LEITE**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/08/2024 às 10:16:58.*

**ALESSANDRA BARBOSA MORO**

unidade requisitante



*Assinou eletronicamente em 14/08/2024 às 13:42:31.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP45\_2024\_publicado.pdf (131.44 KB)
- Anexo II - PILHAS\_Anexo\_I\_A\_divulgacao\_IRP AJUSTADA.xlsx (67.1 KB)

**Anexo I - ETP45\_2024\_publicado.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 45/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 21043.000317/2024-03

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem como objeto a **Aquisição de pilhas e baterias para no-breaks e automotivas para grupos geradores, para atendimento às necessidades do LFDA/SP**, nas rotinas de manutenção preventiva e corretiva pela Equipe de Manutenção.

O Laboratório Federal Defesa Agropecuária - LFDA-SP, conta com equipamentos e sistemas críticos em seus laboratórios que precisam estar em funcionamento constante, entre eles podemos destacar, cromatógrafos, espectrofotômetros, cabines de segurança biológica, freezers de ultrabaixa temperatura, computadores, geradores, etc. Como pode ocorrer devido a interrupção de energia por parte da concessionária em alguns períodos devido a instabilidade climática e manutenção da rede, foram instalados nobreaks na maioria dos nossos equipamentos, os quais assumem carga em situações de falha, mantendo todos os equipamentos ativos.

Os Nobreaks proporcionam proteção para os equipamentos contra a falta de energia elétrica, variações da rede elétrica, picos de tensões, surtos elétricos e outros, alimentando-os através de suas baterias internas. Estas baterias, recarregáveis, possuem tempo de vida estimado pelo fabricante em torno de dois anos, devendo ser periodicamente substituídas. Ao longo do tempo, sua capacidade de armazenamento de energia diminui, comprometendo seu tempo de autonomia e a vida útil do nobreak em caso de falta de energia. Em alguns casos, quando as baterias internas chegam ao final de vida útil, a falta de energia elétrica ocasiona no desligamento automático dos nobreaks e consequentemente dos equipamentos

Além disso, o órgão como um todo, tanto parte técnica como administrativa tem demandas de outras baterias necessárias para troca preventiva ou corretiva nos equipamentos técnicos das unidades técnicas e Jundiáí como equipamentos de uso comum mas que precisam de pilhas (como controles remotos de ar condicionados e outros). Caso não sejam adquiridas pode acarretar na paralisação das atividades técnicas ou impactar nas funcionalidades dos equipamentos/sistemas.

O Serviço administrativo realizou verificação do histórico do consumo dos últimos anos bem como verifico eventuais demandas das Unidades para composição do levantamento da previsão de aquisição, visando manter os estoques dos materiais supridos e/ou ata vigente para eventuais aquisições, uma vez que a previsão de consumo dos referidos materiais pode não ser imediata.

Isto posto, o processo de aquisição deverá ser realizado através do Sistema de Registro de Preços, possibilitando melhor racionalização do recurso público conforme a demanda e maior agilidade na sua aquisição, quando efetiva.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Equipe de Manutenção	Jorge Luis Teixeira
Equipa de Manutenção	Mario Cesar de Souza Silva
Serviço Administrativo - SAD/LFDA-SP	Alessandra Barbosa Moro

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição em tela deverá ser realizada pelo Sistema de Registro de Preço - SRP , em consonância com a Lei 14.133/2021 e o **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023** , considerando que as demandas de aquisição se enquadram nos incisos I, II e V do art 3º do referido decreto:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

(...)

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Baterias são necessárias para troca preventiva ou corretiva nos equipamentos técnicos ou de uso comum das unidades técnicas ou administrativas de Campinas e Jundiaí - Caso não sejam adquiridas pode acarretar na paralisação das atividades técnicas ou impactar nas funcionalidades dos equipamentos/sistemas.

As baterias e pilhas podem ter sua vida útil variada conforme a finalidade de uso e a frequência de uso, não sendo vantajoso para o órgão a manutenção de estoque físico no local, dado a prazo de validade das mesmas. Com isto, a aquisição na modalidade SRP demonstra-se mais vantajosa, eficaz e eficiente em termos econômicos e operacionais.

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado é feito durante a etapa da pesquisa de preços com fornecedores.

Foram realizadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades e solicitadas propostas para empresas especializadas em fornecimento de pilhas e baterias. Todo levantamento feito, pesquisa, propostas, negativas de fornecedores e demais constam no respectivo processo SEI.

## 6. Descrição da solução como um todo

Para a aquisição do objeto, a contratada deverá atender as seguintes condições:

1. O prazo de entrega para o fornecimento das respectivas pilhas e baterias é de 30 (trinta) dias a contar da emissão do empenho;
2. As entregas deverão ser realizadas nas respectivas bases físicas do LFDA/SP, conforme a unidade requisitante:
  - a. 2.1. **Campinas/SP** - localizado a Raul Ferrari, s/n - Jardim Santa Marcelina - CEP 13100-105 - Campinas/SP;
  - b. 2.2. **Jundiaí/SP** - localizado a Av. Jundiaí, nº 773 - Bairro Anhangabaú - CEP: 13208-051 - Jundiaí/SP

3. Os bens fornecidos devem apresentar como validade mínima, o prazo estabelecido no respectivo descritivo do item. Caso não conste a informação, a validade mínima será de 12 meses a contar da data da entrega.

4. Para as baterias automotivas constantes dos itens 12 e 13, o prazo de garantia do produto deve ser no mínimo 24 meses.

a. 4.1. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos.

5. As pilhas e baterias comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012

6. Conforme estabelece o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf (www.gov.br)), deverá ser inserido no respectivo Termo de Referência e ser realizado pela Contratada:

"Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação."

A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e os artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, além da legislação correlata.

Observação: No que se refere às baterias, a Administração pode estabelecer a obrigação contratual de que as novas contratadas/revendedoras realizem a logística reversa das baterias decorrentes de contratos anteriores, desde que seja uma praxe de mercado e que não haja restrição à competitividade no certame. Nesse caso, deve-se inserir a seguinte disposição:

"A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme o artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e os artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, além da legislação correlata."

Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012."

1. Conforme estabelece o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf (www.gov.br)), deverá ser inserido no respectivo Termo de Referência e ser realizado pela Contratada:

"O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o laudo físico-químico de composição, emitido por laboratório acreditado junto ao INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, ou outro documento comprobatório de que a composição das pilhas e baterias ofertadas respeita os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na referida Resolução, para cada tipo de produto."

1. Para as baterias automotivas (baterias chumbo-ácido) constantes dos itens 12 e 13, conforme o mesmo guia anteriormente citado, deverá constar :

No Termo de Referência

“Só será admitida a oferta de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto.

No Edital

“O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que possui Selo de Identificação da Conformidade para as baterias chumbo-ácido (componente automotivo).

1. Os fornecedores deverão atender aos prazos de entrega, assim como entregar os itens devidamente acondicionados e em condições adequadas de conservação conforme indicado pelos fabricantes.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

De forma geral, as quantidades solicitadas para esses itens foram baseadas nas necessidades das Unidades a fim de garantir o funcionamento dos equipamentos que utilizam as respectivas pilhas e baterias, assim como a segurança do laboratório com equipamentos em funcionamento nos picos de energia e/ou interrupção de fornecimento de energia elétrica.

Foi realizada verificação de estoque dos mesmos no sistema SIADS e conforme análise realizada entre a estimativa de demanda X base no estoque, foram determinada os quantitativos máximos estimados, conforme documento SEI 35066668

A consolidação dos quantitativos mínimos e máximos, as unidades requisitante (e localidades) bem como as justificativas da demanda e do quantitativo estabelecido constam no Anexo I - Planilha Demanda Consolidada.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 99.412,66

A estimativa do valor da contratação foi feita durante a etapa de Pesquisa de Preços, de acordo com a legislação específica vigente e pode ser consultada nos anexos do processo SEI "Planilha Custo e Avaliação das unidades".

Valor estimado pela equipe de apoio de pesquisa de preço da DLAB = R\$ 99.412,66

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação foi dividida em tantas parcelas quantas se provaram técnica e economicamente viáveis para permitir maior competitividade entre os fornecedores, uma vez que ele pode participar de 1 ou mais itens.

Dada as características dos itens a serem adquiridos e a grande oferta no mercado, não é vantajoso para o órgão a junção em grupos ou lotes.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A presente contratação encontra-se inserida no Plano Anual de Contratações - PGC 2024 conforme DFD 48/2023 - constante do referido processo SEI.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Manutenção de Ata de Registro de Preço vigente, proporcionando um estoque virtual para futuras e rápidas aquisições, conforme a demanda do órgão;

Evitar a manutenção de estoque elevados deste tipo de bens que tem validade de vida útil, ocasionando vencimento do produto em estoque sem utilização. A aquisição por SRP permite a efetiva aquisição de maneira mais célere e com aumento do prazo de validade quando da demanda efetiva.

Liberação dos equipamentos para manutenção preventiva, desta forma garantindo a funcionalidade nos momentos críticos de ausência de energia da concessionária CPFL e entrada dos grupos geradores sem impactar nas rotinas laboratoriais.

## **13. Providências a serem Adotadas**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Só será admitida a oferta de baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na RESOLUÇÃO CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO.

As empresas CONTRATADAS deverão garantir a logística reversa para recolhimento e descartes das baterias que serão substituídas nesta contratação.

Importante salientar que será feito de acordo com na RESOLUÇÃO CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todos as justificativas acima bem como a necessidade de aquisições conforme a demanda e visando mitigar onerar o erário manutenção de estoque que tem prazo específico de validade bem como tornar as aquisições mais eficazes e eficiente, entendemos que a aquisição dos itens na modalidade SRP é viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALESSANDRA BARBOSA MORO**

Chefe do Serviço Administrativo



*Assinou eletronicamente em 28/06/2024 às 17:09:06.*

**JORGE LUIS TEIXEIRA**

Engenheiro Encarregado

**DIEGO ALTOBELLE CANDIDO DE OLIVEIRA**

Técnico

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - FOR\_DLAB\_029\_001\_Listagem\_de\_itens\_\_\_\_Pilhas\_e\_Baterias\_consolidada.xlsx (213.91 KB)